

VIEIRA: O PROFETA DE UM OUTRO APOCALIPSE

*Maria Theresa Abelha Alves**

RESUMO

As crenças difundidas pelas obras proféticas de Antônio Vieira orquestram a religião, a utopia e a *poiesis*, configurando-se como ecos tardios da unificação da realidade que deixou esperançoso o mundo renascentista. Antônio Vieira, como revelador dos segredos bíblicos, e como intérprete das trovas messiânicas de Bandarra, expõe o sentido apocalíptico da história, anunciando o advento de um novo império, renovador das paradisíacas delícias, sob o poder temporal de um rei português e sob o poder espiritual de Cristo.

Nenhuma coisa se pode prometer à natureza humana mais conforme ao seu maior apetite, nem mais superior a toda a sua capacidade, que a notícia dos tempos e sucessos futuros; e isto é o que oferece a Portugal, à Europa e ao Mundo esta nova e nunca ouvida história. (Vieira, 1838, p. 3)

Com tais palavras Vieira dá início ao **Livro antepimeiro**, ultimado em 1665, com o qual pretendia anunciar a **História do futuro** que pensava publicar no apocalíptico ano seguinte. Considerando-se que Vieira fora expulso do Brasil em 1661, desterrado da corte em 1662, declarado réu pelo tribunal do Santo Ofício de Coimbra em 1663 e, desde então, submetido a interrogatórios sobre a heterodoxia de suas proposições futuristas, tais obras – a anunciada e a que lhe serve de prolegômeno – são ecos tardios da utopia de unificação da realidade que deixou esperançoso o mundo renascentista, são resultados da dualidade do século XVII que, de um lado, adotou, como *ethos* de modernidade política, uma razão de Estado fundamentada no mercantilismo agressivo que fomentou a guerra e exauriu nações e

* Universidade Estadual de Feira de Santana.

que, de outro, denunciou, como desumana, a ação bélica (Gomez, 1996, p. 13), são manifestações “da utopia totalitária que conduziu a ação de toda a vida de Vieira, e que ocupou a sua inteligência e a vontade de tudo unir e fazer concordar” (Mendes, 1989, p. 523), a partir da dupla função profética: denúncia da Babilônia presente e anúncio da futura Sião, e são, sobretudo, episódios de uma batalha travada contra a tirania e o obscurantismo em prol da liberdade.

Frank e Fritzie Manuel, discursando sobre os antecedentes e nascimento da utopia, encontram no homem uma “propensão utópica” (Manuel & Manuel, 1984, p. 18), à semelhança da “propensão religiosa”. Esta e aquela se exprimem por histórias que vão dos mitos às profecias, de modo que, às anteriores se conjuga mais uma: a “propensão poética”. Em Padre Antônio Vieira concertados se encontram o religioso, o utópico e o poético, em obras que advogam o direito de defesa e de liberdade de pensamento. A formulação vieirina da **História do futuro** começou em 1649, mas seus inúmeros encargos, tanto religiosos como políticos, desviaram-no do projeto. Dez anos depois, escreveu a carta “Esperanças de Portugal ou Quinto Império do Mundo” ao jesuíta André Fernandes, bispo do Japão e confessor da rainha D. Luísa de Gusmão, para que ele a consolasse pela morte do rei D. João IV. O missivista interpretava as trovas messiânicas de Bandarra como relatos precisos e proféticos da Restauração Portuguesa, transformando-as em argumento apodítico para anunciar a ressurreição do finado rei e vaticinar a implantação do Quinto Império, sob a égide portuguesa desse rei, em imperador do mundo transformado:

Em Espanha verá o rei de Portugal ressuscitado e Castela vencida e dominada pelos portugueses [...] verá o Império Otomano abalado, e El-rei de Portugal Imperador de Constantinopla. (Vieira, 1953, p. 64)

Sofrendo as pressões da Inquisição que considerou herética e judaizante a referida carta, Vieira pediu para formular sua resposta e defesa, argumentando, na Petição que dirigiu ao Conselho Geral do Santo Ofício, que “buscou traça, método e disposição com que as meter todas em um só discurso, que intitula **História do futuro**, que vem a ser um como compêndio de todas as proposições que deve provar” (apud Muhana, 1994, p. XII). Entre a data da petição e a da permissão, um ano transcorreu, no qual o jesuíta acusado redigia, em terceira pessoa, a defesa do Autor da carta, e, concomitantemente, rascunhava a obra que há muito tempo idealizara: a **História do futuro**. Os manuscritos são produtos de uma situação dúplice: uma resposta apologética e uma arquitetura histórica profética. Uma pretendendo convencer os inquisidores, outra procurando impressionar o Rei, a Corte, a Nação. Em virtude da redação simultânea, muitas vezes os dois temas se imbricam, transformando-se a defesa numa ratificação das idéias quinto-imperiais profetizadas na **Carta**, em alguns **Sermões**, e no **Livro antepimeiro**. Sempre pressionado pela Inquisição, Vieira se vê compelido a entregar os manuscritos antes de dá-los por concluídos, e são eles acrescentados aos autos do processo, menos como apologias que como novas

provas de contumácia herética, motivo por que os exames inquisitoriais, transcorridos entre os anos de 1666 e 1667, apresentavam como questões as passagens da **Defesa** que, segundo os inquisidores, denunciavam a simpatia de Vieira por causas judaicas, suscitando do mesmo novas “representações” aos interrogatórios a que era submetido. Nas “representações”, Vieira jamais retificou seu pensamento, pelo contrário, ratificou-o sempre, através de novos e antigos argumentos, assumindo cada nova defesa o caráter de uma batalha travada em nome da liberdade de pensamento e expressão. Vieira nunca demonstrou sucumbir aos interrogatórios, exibindo grande coragem para, ironicamente, expor não só a ignorância das coisas de Deus demonstrada pelos Inquisidores (e é bom lembrar que eles contavam com todos os livros para organizarem os interrogatórios, enquanto Vieira só contava com o seu **Breviário**), como também a sua grande ciência dos textos sagrados, sabidos de cor, no mais absoluto sentido etimológico, pois que vivenciados de coração. Vieira não abjurou de sua tese, como fêz Galileu, pois não se tratava de verdade científica; tampouco se sacrificou por ela como o fêz Giordano Bruno, “a biografia de Vieira segue trajeto inverso. Ela expressa a valorização da obra, das formas de pensamento.” (Theodoro, 1992, p. 152), ao evitar o sacrifício, optando pela palavra, quando o silêncio lhe impunham, impediu o apagamento do texto, e, de certeza, escolheu a vida dos livros que tanto a Inquisição temia. Ao eminente jesuíta, não se lhe abateu, no duelo inquisitorial, o temperamento de lutador e a pertinácia de visionário. Ao defender a condição de profeta para Bandarra, Vieira advogou em causa própria, é a si mesmo que defendeu quando argumentou que o espírito de profecia “não tem outro voto de obediência, mais que a vontade divina, que o dá ou deposita onde he servido (Vieira, 1957, p. 154). A natureza dúplice dos manuscritos, a ordem em que foram arquivados pelos inquisidores, que pode não ser a ordem que lhes daria o próprio Vieira, a forma provisória que apresentam, resultado de contínua e nunca definitiva elaboração mental, têm oferecido grandes dificuldades aos filólogos para recompô-los; o certo, porém, é que, como toda a obra de Vieira, estão prenhes de seu messianismo, de sua utopia de construção da realidade a partir do modelo bíblico. Proféticas são as obras **Livro antepimeiro da História do futuro, Esperanças de Portugal, História do futuro** e **Clavis Prophetarum**. Esta foi redigida em latim, na senda do pensamento pansófico que, de Campanella a Leibniz, vigorou na elite intelectual do século e que advogava um poder universal cristão, tendo o Rei como instrumento divino para sua implantação (Manuel & Manuel, 1984, p. 38); aquelas foram redigidas em português, partindo das propostas da Cabala que aliavam um profundo conhecimento numerológico à interpretação alegórica da Bíblia e que eram correntes no tempo de Vieira, contando com a autorização de estudiosos como o Cardeal de Cusa e Kepler. Argumentações em defesa de suas idéias proféticas perante o Santo Ofício são os livros: **Defesa do livro intitulado Quinto Império, Defesa perante o tribunal do Santo Ofício, Apologia das coisas profetizadas**. Os escritos de Vieira que anunciam sua utopia funcionam como estórias contadas no estilo do *midrax-hagadá* hebreu, isto é

narrativas que se somam e se acrescentam insistindo no mesmo assunto: a futura redenção. As profecias de Vieira são plantas híbridas nascidas do enxerto da crença no Édem judaico-cristão e do mito helênico da cidade ideal ao tronco do pensamento filosófico-político que, marginalmente, frequentou o convulcionado Estado Português pré- e pós-Restauração, pensamento que prometia a futura glória da nação portuguesa e que foi elaborado a partir do sebastianismo difundido durante o período de dominação filipina e que se conjugava às crenças milenaristas, fundamentalmente apocalípticas, que auguravam a conversão de todos os povos, o combate ao anticristo e o fim do mundo, quando seria instaurado o reino cristão da paz. Portanto

[...] a perda da independência, os movimentos que levaram à Restauração, as mutações económico-sociais, a intranquilidade da guerra com a Espanha, foram acontecimentos que levaram a um recrudescimento das profecias joaquimitas, que, elaboradas nos conventos, serviam para excitar o povo como uma técnica de captação e propaganda. Esse dinamismo messiânico foi aproveitado por parte do novo poder estabelecido para justificar e reforçar esse mesmo poder, evitar o perigo divisionista e promover a submissão. (Capelo, 1994, p. 65-66)

Tal como o povo hebreu, os portugueses foram eleitos por Deus para viverem uma história sagrada, assim pensava Vieira, como assim pensavam muitos de seus contemporâneos. Vieira tinha consciência do teor profético de seus escritos, no **Livro antepimeiro**, explicitamente oferece ao monarca português a **História do futuro** que projetava, declarando que “O maior serviço que pode fazer um Vassalo ao Rei é revelar-lhe os futuros” (Vieira, 1838, p. 16) e, conseqüentemente, situando-se no lugar do profeta que reverencia a majestade desvendando-lhe os “sete selos” apocalípticos, servindo-lhe com seu especial dom do vaticínio – “gratia gratis data”. Dirigindo-se a Portugal, Vieira se insere entre os profetas veterotestamentários para anunciar as futuras benesses que, desde os primórdios, à nação portuguesa foram destinadas:

Eu, Portugal, (com quem só falo agora) nem espero o teu agradecimento, nem temo a tua ingratidão, porque se me não contas com Daniel entre os vivos, eu me conto com Samuel entre os mortos; se nas letras que interpreto achara desgraças (bem poderá ser que as tenhas) e se dissera a má fortuna sem receio, assim como te digo a boa sem lição; mas é tal a tua estrela (benignidade de Deus contigo deverá ser) que tudo o que leio de ti são grandezas, tudo que descubro, melhora, tudo o que alcanço, felicidades. Isto é o que deves esperar, e isto é o que te espera [...] e este é o comento breve de toda a história do futuro. (Vieira, 1838, p. 17)

O paradigma vieirino para o destino português é a Bíblia. Do **Gênese** ao **Apocalipse**. A queda adâmica mergulhara o mundo na inautenticidade ontológica, e a história da humanidade tem confirmado o exílio do homem de sua verdadeira condição de ser criatura modulada à imagem do Criador, num tempo que se tem esten-

didado pelos “Quatro Impérios” como um tempo ressentido e culpado que só experimenta o divino como o lugar da interdição e da justiça punitiva, tempo espacializado na perda do paraíso. A assunção divina no humano, através de Cristo, configura-se como apelo de Deus ao homem para que ele compreenda a sua dignidade ontológica e assuma essa superabundância da graça redentora. A graça, na pessoa de Cristo, ao assumir o tempo se fez história, por isso a Redenção adota “o carácter dinâmico de um tempo em aberto, de uma nova criação que não só reconstitui a realidade decaída como ainda inaugura possibilidades novas” (Borges, 1995, p. 35). A partir de Cristo, por conseguinte, constitui missão do homem colaborar com o projeto divino da otimização do real, de modo a restaurar o locus ideal perdido, num Quinto Império verdadeiramente católico, preparado para quando soar a sétima trombeta anunciadora do Reino de Deus (Bíblia Sagrada, 1965, p. 1.488). A exegese vieirina dos textos bíblicos repele a interpretação tautegórica e promove as interpretações simbólica e alegórica dos textos sagrados, nas quais se fundamenta teoricamente para demonstrar que os portugueses são o povo eleito por Deus para viabilizar a plenificação da história e replantar o jardim paradisíaco, já não mais a leste do Édem, porém no mundo inteiro. Considera, então, a natureza transcendente da escrita sagrada, por isso mesmo escrita cifrada cujo teor sigilato não se revela de pronto, e se oferece como profeta capaz de a decifrar, legitimando-se como o intérprete dotado de uma vera *ciência de signos* (Pécora, 1996, p. 162). No **Livro antepimeiro** atribui à Divina Providência a inspiração que teve sobre a restauração futura da antiga unidade perdida, e, igualmente, acredita ser proveniente de Deus o impulso que o levou a redigir sua **História do futuro** “para que estes secretos de seu oculto juízo e conselho [conselho e juízo divinos] se descobrissem e publicassem ao Mundo” (Vieira, 1838, p. 35). Por conta disso, é como teatro, logo representação simbólica, que vê a história da humanidade, quando visita, como intérprete, esse lugar retórico do mistério:

Este mundo é um teatro, os homens e as figuras que nele representam, e a história verdadeira de seus sucessos uma comédia de Deus, traçada e disposta maravilhosamente pelas idades de sua Providência. (Vieira, 1982)

Nessa comédia teofânica, o lugar de Portugal na economia da salvação é o proscênio. À hermenêutica de Vieira compete acender os refletores que mostrem a todo o mundo a luz dos lusitanos. Através do procedimento retórico do paralelismo analógico ou do silogismo dialético, as obras proféticas e as de argumentação defensiva encenam o desempenho da *ratio* divina que, embora oculta, sempre estivera onipresente, de modo que “o futuro que co-move toda a história é já nela imanente e operante” (Borges, 1995, p. 61) e, ao mesmo tempo, tais procedimentos retóricos, operam as “quatro similitudes” apontadas por Foucault (Foucault, s/d, p. 34-45): a *convenientia*, com que se ajustam as explicações bíblicas à história portuguesa, a *aemulatio*, com que se criam relações especulares que suprimem as distâncias espácio-

temporais, de modo que Israel do passado e Portugal se identifiquem, a *analogia*, com que se tecem as irradiações antro-po-cosmológicas, e a *simpatia*, com que se atraem os fatos, a partir do movimento exterior e visível até atingir o interior, invisível e secreto, que constitui o grande objetivo da interpretação exegética vieirina. Através do jogo das similitudes, o jesuíta confere a todos os portugueses a luminosidade atribuída a Santo Antônio: “Vos estis lux mundi” (Vieira, 1959, p. 62), pois a eles se reserva a função de dilatar a fé, a que o episódio pós-diluviano da bênção de Noé se referia, pois a eles se reserva o epíteto de “*Mundanus*”, dado ao primeiro português – Tubal, neto de Noé e fundador de Setúbal –, pois a eles, enfim, se reserva o domínio do “Império de Christo e dos Christãos” (Vieira, 1953, p. 39), que viria substituir os quatro impérios (o Assírio, o Persa, o Grego e o Romano), e que fora profetizado por Daniel (2, 27-45 e 7, 1-27) e por Zacarias (6, 1-15), ou seja, o Quinto Império, epifania luminosa, que, tal como os portugueses, é solar, uma vez que supõe o “tempo do meyo dia de Christo & do mundo [que] he este tempo futuro[...] no qual a luz da fee ha de ser a mayor & mais intensa” (Vieira, 1957, p. 328). **A História do futuro**, segundo o plano fornecido no **Livro antepimeiro**, mas que Vieira não concluiu, deveria ser dividida

em sete partes ou livros. No primeiro se mostra que há de haver no mundo um novo Império, no segundo, que Império há de ser, no terceiro, suas grandezas e felicidades, no quarto, os meios por que se há-de introduzir; no quinto, em que terra, no sexto, em que tempo, no sétimo, em que pessoa. (Vieira, 1838, p. 25)

À exemplo da historiografia da época que concebe a história como uma totalidade fechada, Vieira arruma a cronologia a partir de “idades” ou “impérios” que remontam à criação do mundo, insistindo que seu modo de contar é “fundado e tirado das Escrituras divinas” (Vieira, 1976, p. 6). A *inventio* da **História do futuro** mobiliza uma série de mitos em torno da fundação do reino português e de fatos históricos concernentes aos descobrimentos e à Restauração como sinais de um querer divino tendente à plenificação futura. O Estado é, assim, sacralizado, enquanto o poder totalitário que Vieira advoga para seu Quinto Império se legitima através da

perfeita coincidência entre as ordens transcendente e histórica [...] a ação histórica do Estado cristão concilia-se por dentro – por um processo que bem se poderia chamar transubstancial – com a vontade divina e seus desígnios providenciais. (Pécora, 1996, p. 167)

O novo império anunciado é, então, simultaneamente temporal e espiritual, renovador das grandezas e felicidades paradisíacas. O advento de tal estado deleitoso, que abrangerá a plenitude do universo, ocorrerá depois da conversão de todos os gentios, do reaparecimento das dez tribos de Israel, da conversão de todos os judeus e de todos os ismaelitas. Os instrumentos imediatos do Quinto Império são

um Sumo Pontífice Santíssimo e alguns varões apostólicos de singular espírito, que divididos por todas as regiões de infiéis as reduziriam e sujeitariam à Igreja, e um Imperador zelozíssimo da propagação da fé, o qual empregaria toda a sua autoridade a serviço do dito Pontífice e a favor dos pregadores, segurando-lhes o passo e defendendo-os onde necessário fosse com suas armas, e sujeitando com elas a todos os rebeldes, principalmente o Império Otomano, com que Deus o faria senhor do Mundo. (Vieira, 1951-1954, p. 100)

Para Vieira, esse imperador seria o rei de Portugal, no entanto, à medida das necessidades e dos sucessos do tempo, foi cambiando as pessoas régias. Primeiro julgou que seria D. João IV, sobre quem recaiam as trovas proféticas de Bandarra. Morto o rei antes que se cumprissem todas as profecias, o jesuíta não relutou em declarar, na carta considerada herética, que ele haveria de ressuscitar. Depois julgou que seria o sucessor de D. João IV, seu filho D. Afonso, porém, como este fora destornado por incapacidade, Vieira passou a acreditar que o rei que propiciaria a emergência quinto-imperial seria D. Pedro. Interessante é que a concepção da *História do Futuro*, tanto na natureza terrena do império de Cristo, quanto no meio de implantação do mesmo – a luta armada –, reflete a prática bélica de seu tempo. Vieira, que entendia a história como sucessão de lutas, conquistas e heróicos feitos, não via contradição alguma em imaginar que o reino de paz, prometido em seu Apocalipse outro, fosse implantado pela guerra. Se hoje, três séculos depois, não soubéssemos que ele, como artista da palavra é um criador de ficções, teríamos, para desfazer nossa perplexidade diante de sua lógica que aponta para o realismo maquiavélico, suas sempre lúcidas palavras, com as quais termino:

Que historiador há ou pode haver, por mais diligente investigador que seja dos sucessos presentes ou passados, que não escreva por informação? E que informações há-de haver que não vão envoltas em muitos erros, ou da ignorância, ou da malícia? Que historiador houve de tão limpo coração e tão inteiro amador da verdade, que o não inclinasse o respeito, a lisonja, a vingança, o ódio, o amor, ou da sua, ou da alheia nação, ou do seu ou de estranho príncipe? Todas as penas nasceram em carne e sangue, e todos na tinta de escrever misturaram as cores do seu afeto. (Vieira, 1982, p. 146)

ABSTRACT

The beliefs spread by the prophetic works Antônio Vieira orchestrated the religion, the utopia and the *poiesis*, configuring themselves as late echoes of the utopia of reality unification that brought hope to renaissance world. Antônio Vieira, as a holder of the secrets of the Bible and performer of the messianic poems of Bandarra, exposes the apocalyptic meaning of history, announcing the growth of a new empire, renewing the heavenly bliss under the temporary power of a Portuguese king and under the spiritual power of Christ.

Referências bibliográficas:

- BÍBLIA SAGRADA. Traduzida da *vulgata* e anotada pelo Pe. Matos Soares. São Paulo: Paulinas, 1965.
- BORGES, Paulo Alexandre Esteves. **A plenificação da história em Padre Antônio Vieira**; estudo sobre a ideia de quinto império na defesa perante o tribunal do Santo Ofício. Lisboa: Imprensa Nacional, 1995.
- CAMPELO, Rui Grilo. **Profetismo e esoterismo**; a arte do prognóstico em Portugal (séculos XVII-XVIII). Coimbra: Minerva, 1994.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. Lisboa: Portugalia, [s./d]. As quatro similitudes. p. 34-45.
- GOMEZ, Luís Palacín. O quinto império; utopia de um século férreo. **Revista da Bahia**, Salvador, n. 21, p. 13-23, 1996.
- MANUEL, Frank E., MANUEL, Fritzie P. **El pensamiento utópico en el mundo occidental**; antecedentes y nacimiento de la utopia (hasta el siglo XVI). Madrid: Taurus, 1984.
- MENDES, Margarida Vieira. **A oratória barroca de Vieira**. Lisboa: Caminho, 1989.
- MENDES, Margarida Vieira. Vieira no Cabo de Não; os descobrimentos no livro antepimeiro da história do futuro. **Claro-Escuro**, Lisboa, v. 6, n. 7. p. 9-18, 1991.
- MUHANA, Adma. Vieira contra a inquisição. **Revista da Bahia**, Salvador, n. 21, p. 24-36, 1996.
- PÉCORA, Alcir. Razões do mistério. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Cia das Letras, 1996. p. 157-172.
- THEODORO, Janice. **América barroca**. São Paulo: Edusp, 1992. A retórica do cativo; Padre Antônio Vieira e a inquisição, p. 151-164.
- VIEIRA, Pe. Antônio. **Apologia das coisas profetizadas**. Lisboa: Cotovia, 1994.
- VIEIRA, Pe. Antônio. **História do futuro**; livro antepimeiro. Bahia: Tipografia Constitucional, 1838.
- VIEIRA, Pe. Antônio. **História do futuro**; obras escolhidas. Lisboa: Sá da Costa, 1953. v. 9.
- VIEIRA, Pe. Antônio. **Defesa perante o tribunal do Santo Ofício**. Bahia: Progresso [1957]. 2v.
- VIEIRA, Pe. Antônio. **Sermões completos**. Porto: Lello & Irmão, 1959. 5v.
- VIEIRA, Pe. Antônio. **História do futuro**. Lisboa: Imprensa Nacional, 1982.